EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO Nº 3693/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

Torna-se público que a PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DE PIRAPORA realizará licitação, conforme modalidade, forma, critério de julgamento e modo de disputa indicados no quadro abaixo, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 7124/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Modalidade e Forma	Pregão Eletrônico
Apresentação de Proposta	De 04/11/**2026** às 17:00 (horário de Brasília) Até **19/11/2026** às 07h59 (horário de Brasília)
Abertura da licitação	**19/11/2026 às 08h** (horário de Brasília)
Critério de Julgamento	**Menor Preço Global**
Modo de Disputa	Aberto - **COM INVERSÃO DE FASES**
Intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances	R$ 10,00 (i*ncidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta)*
Benefícios ME/EPP	Sim. Vide condições no Edital e Termo de Referência
Permitida a participação de consórcio	Não
Garantia de proposta (art. 58 da Lei 14.133/2021)	Não
Valor Estimado da Contratação	R$ 201.246,67 (duzentos e um mil e duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos)
Sistema Eletrônico	Portal BNC: https://bnccompras.com/Home/
Locais em que serão divulgadas informações sobre o certame	Portal BNC: https://bnc.org.br/ Site da Prefeitura: www.saltodepirapora.sp.gov.br, aba Licitações e Compras **ou** https://www.saltodepirapora.sp.gov.br/portal/servicos/1025/licitacao-e-compras/
Pedidos de esclarecimentos e impugnações	Portal BNC: https://bnc.org.br/
Decreto Municipal nº 7124/2023	https://www.saltodepirapora.sp.gov.br/portal/leis_decretos/1/0/0/0/3/0/0/0/0/0/0/0/0/0/0/0/0/A/data-decrescente/simples

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR O PROJETO "CIDADE LUZ, NATAL SALTO DE PIRAPORA" MEDIANTE A LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO E A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE DECORAÇÃO NATALINA, EM VIAS E PRAÇAS PÚBLICAS, PRÓPRIOS MUNICIPAIS,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo III deste edital.

1.2. O critério de julgamento será o indicado no quadro acima.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencham as condições estabelecidas neste edital e que estiverem previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico Bolsa Nacional de Compras - BNC (https://bnc.org.br/).
2.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente por meio do sistema eletrônico da plataforma BNC, através de manifestação de operador formalmente designado.
2.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
2.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não a Bolsa Nacional de Compras - BNC ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
2.5. O licitante se compromete a:
2.5.1. responsabilizar-se, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive, os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
2.5.2. acompanhar as operações do sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo órgão promotor da licitação ou de sua desconexão;
2.5.3. comunicar ao provedor do sistema, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;

2.6. No caso de dúvida quanto à utilização da ferramenta da "BNC", utilizar o suporte técnico através do **telefone (42) 3026-4550** ou através do e-mail: contato@bnc.org.br .
2.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
2.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
2.9. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e conforme disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.
2.10. Além das vedações estabelecidas pelo art. 14 da Lei nº 14.133/2021, não será permitida a participação do licitante:
2.10.1. que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
2.10.2. agente público do órgão licitante nos termos do §1º do art. 9º da Lei 14.133/2021;
2.10.3. entidades do terceiro setor assim classificadas como Organização da Sociedade Civil - OSC, atuando nessa condição;
2.10.4. reunido em consórcio, salvo se autorizado no quadro constante do preâmbulo deste edital.

3. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, simultaneamente, os documentos de habilitação e as propostas de preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
3.3. No cadastramento o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.
3.5. O fornecedor enquadrado como **microempresa ou empresa de pequeno porte** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.
3.5.1. No caso de item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
3.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2026, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.
3.5.3. Caso o valor estimado da presente licitação seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme informação constante no preâmbulo do edital, não será aplicado as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da LC 123/2006, nos termos do quanto disposto no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.
Obs.: As declarações que o sistema não facultar em campo próprio devem ser apresentadas pelos licitantes juntamente com seus documentos de habilitação.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 a 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.
3.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública.
3.9. As propostas devem seguir as condições contidas no item 4.
3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados, após a fase de apresentação de propostas.
3.11. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará o afastamento do licitante da licitação.
3.12. A apresentação dos documentos e propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe os anexos este edital, assumindo o

proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
3.13. Se o sistema assim permitir, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
3.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
3.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço e percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
3.14.1. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
3.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
3.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, conforme o caso:
4.1.1. valor unitário e total do item/lote;
4.1.2. quantidade;
4.1.3. no campo marca deverá a licitante se utilizar da palavra próprio ou do símbolo “.” para evitar identificação prévia.
4.1.4. Poderão ser juntados ainda pelo licitante catálogos, prospectos, manuais, etc, que comprovem que o produto ofertado atende as especificações do edital.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
4.2.1. Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao previsto para a contratação, salvo se devidamente expresso no Termo de Referência.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na

execução do objeto, de acordo com a **Súmula 10[1] do TCE/SP**, sendo que o proponente será responsável por quaisquer ônus decorrente: marcas, registros e patentes ao objeto cotado.
4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, desde que observado o disposto na legislação vigente (art. 17 e art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006).
4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
4.9. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contar da data de sua apresentação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente ou por permissão do pregoeiro em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital.
5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
5.4. A fase de habilitação antecederá as fases de análise das propostas de preços. Os licitantes apresentarão simultaneamente os documentos de habilitação e as propostas iniciais de preço.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021 serão exigidos os documentos previstos no Anexo I deste edital que deverão ser anexados anteriormente ao início da sessão.
6.2. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
6.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
6.3.1. Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

[1] Súmula nº 10: O preço final do produto ofertado pelos proponentes deve incluir os tributos e demais encargos a serem suportados pelo ofertante

6.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
6.4.1. Após o início da análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro verificará se os licitantes atendem às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
6.4.1.1. Sistema Apenados mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico/#/);
6.4.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, disponíveis em https://certidoes.cgu.gov.br/.

6.4.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
6.4.3 Nesta oportunidade será verificado se o licitante faz jus a eventual tratamento favorecido às ME/EPPS, em conformidade com o disposto neste edital.

6.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei 14.133/2021 para:
6.5.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
6.5.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

6.6. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
6.6.1. Verificada falha por parte do licitante acerca da juntada, antes da sessão inaugural de licitação, de documento de qualificação fiscal, social e trabalhista que ateste condição preexistente, fica autorizado o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação, conforme o caso, diligências necessárias a fim de complementar tais documentos, não sendo tal providência considerada inclusão posterior de documentos.
6.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, ele será **inabilitado** e não participará da fase competitiva.
6.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, porém, será obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação dos documentos indicados no Anexo I, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.
6.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação e homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.
6.8.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

6.8.3. O benefício de que trata este item não serão aplicados quando o valor estimado da licitação superar o limite de enquadramento para empresa de pequeno porte, nos termos do §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021 e item 4.5.3 deste Edital.

6.9. Os documentos assinados digitalmente a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado ou com assinatura digital no padrão da infraestrutura de chaves públicas brasileira - **ICP-Brasil** possuem presunção legal de veracidade com os mesmos efeitos da assinatura manuscrita reconhecida em cartório, podendo a qualquer tempo ser solicitado ao licitante os respectivos arquivos para validação, se for o caso.
6.10. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no edital, as licitantes habilitadas serão participantes da fase de classificação das propostas e envio de lances abertos no sistema.
6.11. Encerrada a fase de habilitação, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no edital, será iniciada a etapa competitiva, onde os licitantes habilitados deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
7.2. O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.
7.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
7.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
7.5. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
7.6. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e indicado no quadro do preâmbulo deste edital.
8.7. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
7.7.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
7.7.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
7.7.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
7.7.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
7.7.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor ou desconto, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
7.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou maior desconto registrado, vedada a identificação do licitante.
7.10. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
7.11. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico do órgão promotor da licitação e do sistema do pregão.
7.12. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
7.13. Em relação a **itens não exclusivos** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será identificado pelo sistema as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
7.13.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
7.13.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
7.13.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
7.13.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
7.13.5. Os procedimentos indicados nos itens 8.13 a 8.13.4 não serão levados em consideração quando o valor estimado da licitação superar o limite de enquadramento para empresa de pequeno porte, nos termos do §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021 e item 4.5.3 deste Edital.

7.14. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
7.14.1. Persistindo o empate, será aplicado o disposto no §1º do art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

7.15. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
7.15.1. No caso de licitação por lote, a contratação posterior de item específico que compõe o lote, serão observados os preços unitários máximos como critério de aceitabilidade.
7.15.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo, salvo no caso de situação excepcional a ser indicada no Termo de Referência.
7.15.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
7.15.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.15.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.16. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.
7.16.1. Poderá ser exigida ainda a decomposição dos custos unitários com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
7.16.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
7.17. Após o envio da proposta readequada, amostras (quando for o caso) e dos documentos complementares, se for o caso, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.18. Após a fase de negociação e tendo sido invertida a fase de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.
7.19. Será desclassificada a proposta vencedora que:
7.19.1. contiver vícios insanáveis;
7.19.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
7.19.3. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
7.19.4. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.20. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. A inexequibilidade, neste caso, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e que inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
7.21. No caso de serviços de engenharia, poderão ser consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução, devendo, contudo, a exequibilidade ser comprovada pela licitante quando da apresentação de sua proposta readequada.
7.22. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
7.23. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
7.24. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
7.25. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
7.26. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.26.1. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema e anexos do processo.
7.26.2. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
7.26.3. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.27. Não encontradas ou sanadas as incorreções da proposta a licitante, será declarada vencedora e o pregoeiro abrirá a fase de manifestação de recursos esmiuçado no item 11 deste edital. Não havendo manifestação, encaminhará o processo para adjudicação e homologação pela autoridade superior.

8. DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará e adjudicará o objeto ao vencedor, podendo revogar a licitação nos termos do artigo 71, IV da Lei n º 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
8.1.1. O certame apenas será homologado/adjudicado para as pessoas jurídicas que atuarem no ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

8.2. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.
8.3. Quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
8.4. Juntamente com o instrumento contratual, a empresa deverá assinar o Termo de Ciência e de Notificação, Declaração de Documentos à Disposição do TCE-SP e apresentar o comprovante prévio de cadastro no CadTCESP.
8.5. A recusa injustificada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, sendo que este disposto se aplica inclusive aos licitantes remanescentes, que não aceitarem a convocação, sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

9. DOS RECURSOS

9.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis contados da data de intimação ou de lavratura da ata e observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.
9.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
9.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de **10 (dez) minutos,** sob pena de preclusão;
9.2.2. o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação que ocorrerá exclusivamente pelo sistema;

9.2.3. o prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso a ser realizada pelo sistema, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.3. Os recursos deverão ser encaminhados **em campo próprio do sistema.**
9.4. O recurso será dirigido ao pregoeiro ou à autoridade que proferiu a decisão recorrida, que poderão reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
9.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
9.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
9.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
10.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
10.1.2.4. deixar de apresentar amostra, se for o caso;
10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, inclusive quanto a documentação visando a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das micro e pequenas empresas;
10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
10.1.5. fraudar a licitação;
10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
10.2.1. advertência;
10.2.2. multa;
10.2.3. impedimento de licitar e contratar e
10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta do licitante que deu causa a infração, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
10.3.1. para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15%.
10.3.2. para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30%.

10.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
10.5. Na aplicação da sanção de multa e advertência será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
10.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação, se for o caso.
10.7. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.
10.8. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
10.9. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
10.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
10.11. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao município.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.
11.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica através do próprio sistema eletrônico do pregão indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.
11.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no sítio eletrônico oficial do órgão promotor da licitação e no sistema eletrônico do pregão, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes desta licitação onerarão a seguinte dotação orçamentária do corrente exercício: 2026.

UNIDADE ORÇAMEN-TÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FICHA	FR	CÓD. DE APLICAÇ.	DESCRIÇÃO
01.13.02	13.392.0006-2.048	474	01	110.0000	Manutenção das Atividades da Cultura
01.13.02	13.813.0006-2.061	487	01	110.0000	Realização de Eventos, Atividades e Lazer
01.13.01	13.392.0006-2.065	453	03	110.0000	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Esporte e Cultura

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio oficial www.saltodepirapora.sp.gov.br e na plataforma da BNC: www.bnc.org.br .
13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Documentos de Habilitação
ANEXO II - Minuta do Contrato
ANEXO III - Termo de Referência

Salto de Pirapora, 03 de novembro de 2026.

MATHEUS MARUM DE CAMPOS:40435122878

Assinado de forma digital por MATHEUS MARUM DE CAMPOS:40435122878
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A1, ou=(EM BRANCO), ou=41473958000187, ou=presencial, cn=MATHEUS MARUM DE CAMPOS:40435122878
Dados: 2026.11.03 10:19:35 -03'00'

Matheus Marum de Campos
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 3693/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026
ANEXO I – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);
b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
f) Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI
1.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.

2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
d) Certidão de regularidade de Débitos Tributários Estaduais, a regularidade deverá ser comprovada através de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa que contemplem os **débitos inscritos na Dívida Ativa;**
e) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos mobiliários e incidentes sobre o objeto desta licitação;
f) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e
g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

3. HABILITAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei 14.133/2021)

a) **ATESTADO DE VISITA TÉCNICA** da licitante fornecido pela Secretaria de Esportes e Cultura da Prefeitura Municipal de Salto de Pirapora/SP **ou DECLARAÇÃO DE DECLINIO DA VISITA** assumindo, incondicionalmente a responsabilidade pelo conhecimento das condições locais e condições para a execução dos serviços, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das condições locais como forma de justificar possíveis inexecuções ou retardamentos.

b) **COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL**, através de prova de o licitante possuir na data prevista para a entrega das propostas, profissional de nível superior detentor de certidão(ões) ou atestado(s) de responsabilidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado(s) da respectiva CAT - Certidão de Acervo Técnico, devidamente registrada na entidade profissional competente, que demonstrem capacidade operacional

na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, considerando as parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto licitado, segundo o §2º do artigo 67 da Lei n° 14.133/21.

c) **Declaração de Indicação dos Profissionais: ENGENHEIRO ELETRICISTA e ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO OU TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO** com os seus devidos vínculos empregatícios, que atuarão como responsáveis técnicos para o acompanhamento dos serviços objeto desta licitação com as suas devidas anuências e os comprovantes de registro ou inscrição na entidade profissional competente (CREA) - Pessoa Física, válidas na data da abertura da licitação.

C1) A Comprovação do vínculo entre profissional técnico detentor da Certidão de Acervo Técnico – CAT e a empresa licitante dar-se-á mediante:

- Apresentação de vínculo trabalhista (registro em carteira de trabalho e previdência social - CTPS) em sendo o profissional empregado do licitante;
- Apresentação de contrato social em sendo o profissional integrante do quadro societário do licitante;
- Apresentação de contrato de prestação de serviço regido pela legislação civil celebrado entre o profissional e o licitante.

d) **COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL,** através de **Comprovante de registro ou inscrição na entidade profissional competente (CREA)** - Pessoa Jurídica, válida na data da abertura da licitação, sendo invalidado o documento que não apresentar rigorosamente a situação atualizada da empresa.

D1) Na hipótese da licitante ter seu registro no Conselho Profissional de outro Estado, deverá apresentar como condição de assinatura do contrato, em conformidade a Súmula n° 49 do TCESP, o visto do seu Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA/SP.

e) **ATESTADO(S) TÉCNICO-OPERACIONAL fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa**, relativo à execução de serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente contratação, demonstrando a execução pretérita de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, considerando as parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto licitado, referente ao quantitativo mínimo de **50% (cinquenta por cento)** a incidir sobre o quantitativo individual de cada item solicitado como maior relevância, em observação ao artigo 67, § 2° da Lei 14.133/21, conforme segue:

ITEM	DESCRITIVO DO ITEM DE RELEVÂNCIA	QUANTITATIVO A SER COMPROVADO
01 e 02	Locação, instalação, montangem e desmontagem de Árvores estruturais correspondentes aos itens: 01 e 02, com as medidas mínimas de 6 metros de altura.	3 un. árvores medindo de 6 metros altura
3.2 e 5	Locação, instalação, montangem e desmontagem Mangueira de led	23.250 Metros

E1) Será admitido o somatório de atestados para comprovação da experiência anterior do licitante na execução dos itens de maior relevância discriminados para o atendimento do quantitativo mínimo especificado para cada um deles.

4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão ou, na omissão desta, expedida há menos de 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação.

5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo Anexo I – A, elaborada em papel timbrado, atestando que:

a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
f) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato ou da ata de registro de preço serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em **www.saltodepirapora.sp.gov.br**
g) **no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte:** a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
h) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 3.3 do edital;
i) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato ou da ata de registro de preço, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

Preenchimento do FORMULÁRIO COM DADOS DA EMPRESA, exigidos pelo Tribunal de Contas (poderá ser incluído na proposta final reajustada desde que conste todos os dados solicitados).

ANEXO I – A
MODELO DE DECLARAÇÃO
PROCESSO Nº 3693/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, por meio de seu representante legal abaixo identificado, DECLARA, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

a) **atende aos requisitos de habilitação** definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
b) cumpre as exigências de reserva de cargos para **pessoa com deficiência** e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do **art. 7º, XXXIII**, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
e) não possui empregados executando trabalho **degradante ou forçado**, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
f) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, **será notificada pelo Diário Oficial do Município** acessível em www.saltodepirapora.sp.gov.br.
g) no caso de **empresas em recuperação judicial**: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
h) no caso de **microempresas ou empresas de pequeno porte**: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
i) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;
j) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 **(Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais)**, e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

_____, de_____ de_____.

_____
(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)

FORMULÁRIO COM DADOS DA EMPRESA, EXIGIDOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

PARA PREENCHIMENTO DO FORNECEDOR

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

ENDEREÇO COMPLETO: (Rua, Nº, complemento, Bairro, Cidade, CEP, Estado)

TELEFONE:

E-MAIL INSTITUCIONAL:

E-MAIL PARA PEDIDOS:

REPRESENTANTE (que assina o CONTRATO/ATA. Caso o representante não conste no contrato social ou não tenha sido o representante na sessão, é obrigatório enviar juntamente com este formulário a **procuração):**

NOME:

NACIONALIDADE:

ESTADO CIVIL:

DATA DE NASCIMENTO:

ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO: (Rua, Nº, complemento, Bairro, Cidade, CEP, Estado)

CARGO:

RG: CPF:

E-MAIL PESSOAL INSTITUCIONAL:

E-MAIL PESSOAL PARTICULAR:

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS PARA PAGAMENTO:

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE:

TITULAR:

ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO Nº 3693/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026
VALIDADE:____/___/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DE PIRAPORA**, com sede na Avenida Lydia David Haddad, n°150 – B. Campo Largo, Salto de Pirapora-SP, inscrita no CNPJ sob o nº 46.634.093/0001-07, neste ato representada pelo Sr. **MATHEUS MARUM DE CAMPOS**, Prefeito Municipal, doravante denominado CONTRATANTE, e a _____ inscrita no CNPJ sob o nº_____, com sede_____, município de _____, doravante designada CONTRATADA(O), neste ato representada por __*(nome e função do contratado),* conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 3693/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 032/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR O PROJETO "CIDADE LUZ, NATAL SALTO DE PIRAPORA" MEDIANTE A LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO E A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE DECORAÇÃO NATALINA, EM VIAS, PRAÇAS PÚBLICAS E PRÓPRIOS MUNICIPAIS**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto(s) da contratação:

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR O PROJETO "**CIDADE LUZ, NATAL SALTO DE PIRAPORA**" MEDIANTE A LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO E A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE DECORAÇÃO NATALINA, EM VIAS E PRAÇAS PÚBLICAS, PRÓPRIOS MUNICIPAIS	unidade	01		

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: o Termo de Referência que embasou a contratação, o Edital da licitação; a Proposta do Contratado; e Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é **de 03 meses** contados da assinatura do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato e Decreto Municipal nº 7.124/2023.
3.2 A gestão e fiscalização do termo de ajuste será feita, respectivamente, pelos(as) Srs(as): **Cesar Augusto Santana - Secretário de Esporte e Cultura, CPF. nº 177.207.768-28 e Ronaldo Ulisses Vieira - Chefe de Seção de Atividades Culturais, CPF. nº 367.725.498-13.**

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4. 4.1. Não será permitida a subcontratação sem prévia comunicação à Contratante.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO
5.1.1. O valor total da contratação é de R$ ( ).
5.1.1.1. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados ou bens fornecidos.
5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO
5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO
5.3.1. O pagamento será efetuado conforme as parcelas abaixo:

- 1ª. Parcela: no percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor total dos serviços requisitados, pago no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a conclusão da montagem;
- 2ª. Parcela: no percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor residual, pago no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a desmontagem.

5.3.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do pregão, e o número da Nota de Empenho.
5.3.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante **atestar a execução do objeto do contrato** (conclusão da montagem ou desmontagem).
5.3.4. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
5.4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras.

Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;
5.4.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
5.4.3.1. Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação;
5.4.3.2. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
5.4.3.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
5.4.3.4. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
5.4.3.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.
5.4.3.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
5.4.3.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do **orçamento estimado, em 27/10/2026.**
6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:
7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e Decreto Municipal nº 7.124/2023;
7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto ou prestação dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
7.1.7. Cientificar a procuradoria do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
7.1.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
7.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.
7.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21, se for o caso.
7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade fiscal, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade perante a Fazenda Municipal (mobiliários), especialmente quando o proponente possuir domicílio ou sede no município;

b) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

c) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

8.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

8.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

8.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

8.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

8.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

8.1.22. Cumprir outras obrigações, especialmente no que concerne ao prazo de entrega e execução do objeto, conforme especificações do Termo de Referência (Anexo III).

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, o Contratado que praticar qualquer uma das condutas elencadas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.
11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
11.2.1. **Advertência,** quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas II, III, IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas VIII à XII do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como nas alíneas II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
11.2.4. **Multa:**

a) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

b) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)
11.2.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
11.2.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
11.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
11.2.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
11.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)
11.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;
12.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
12.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa **não** ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
12.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento 2026:

UNIDADE ORÇAMEN-TÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FICHA	FR	CÓD. DE APLICAÇ.	DESCRIÇÃO
01.13.02	13.392.0006-2.048	474	01	110.0000	Manutenção das Atividades da Cultura
01.13.02	13.813.0006-2.061	487	01	110.0000	Realização de Eventos, Atividades e Lazer
01.13.01	13.392.0006-2.065	453	03	110.0000	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Esporte e Cultura

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
15.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)
17.1. É eleito o Foro da Comarca de Salto de Pirapora para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Salto de Pirapora, XXX de XXXXXXXX de 2026.

_____	_____
REPRESENTANTE LEGAL EMPRESA Contratada	MUNICIPÍO DE SALTO DE PIRAPORA MATHEUS MARUM DE CAMPOS - PREFEITO Contratante

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____	Assinatura: _____
Nome: _____	Nome: _____
RG: _____	RG: _____

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3693/2026

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA/SP**
CONTRATADO: _____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): **XX/2026**
OBJETO: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR O PROJETO "CIDADE LUZ, NATAL SALTO DE PIRAPORA" MEDIANTE A LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO E A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE DECORAÇÃO NATALINA, EM VIAS, PRAÇAS PÚBLICAS E PRÓPRIOS MUNICIPAIS"**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:
a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:
a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Salto de Pirapora, XX de XXXXXXX de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome: **MATHEUS MARUM DE CAMPOS**
Cargo: **PREFEITO**
CPF: **404.351.228-78**

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DADISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:
Nome: **MATHEUS MARUM DE CAMPOS**
Cargo: **PREFEITO**
CPF: **404.351.228-78**

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:
Pelo contratante:
Nome: **MATHEUS MARUM DE CAMPOS**
Cargo: **PREFEITO**
CPF: **404.351.228-78**

Assinatura: _____

Pela contratada:
Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome: **MATHEUS MARUM DE CAMPOS**
Cargo: **PREFEITO MUNICIPAL**
CPF: **404.351.228-78**

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:
Nome**: CESAR AUGUSTO SANTANA**
Cargo**: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA**
CPF: **177.207.768-28**

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:
Tipo de ato sob sua responsabilidade**: Fiscalização**
Nome: **RONALDO ULISSES VIEIRA**
Cargo: **CHEFE DA SEÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS**
CPF: **367.725.498-13**

Assinatura:_____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).

PROCESSO N.º 3693/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026
ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para executar o Projeto **"CIDADE LUZ, NATAL SALTO DE PIRAPORA"** mediante a locação, manutenção, instalação e a execução de serviços de montagem e desmontagem de decoração natalina, em vias e praças públicas, próprios municipais.

1.2. O projeto será utilizado durante as festividades natalinas, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, e demais equipamentos e acessórios de acordo com o Termo de Referência.

1.3. **Classificação do bem ou serviço**
Serviço comum de escopo.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Administração Municipal através da Secretaria Municipal de Esporte e Cultura visando fomentar o turismo e desenvolvimento econômico em diversas áreas do município, bem como propiciar a qualidade de vida dos cidadãos.

Os investimentos proporcionam o desenvolvimento da cultura local, por ocasião das festividades natalinas, evento muito importante aos munícipes e aos empresários locais para:

a) Agregar valor social ao evento comemorativo de relevância cultural por ocasião do Natal;

b) O bem-estar da população fortalecendo os usos e costumes, o desenvolvimento das relações sociais da população com a cidade;

c) Conscientizar a importância de valorização da paisagem urbana;

d) Incentivar o consumo no comércio local de produtos e serviços através de projetos temáticos como atrativos para estimular o turismo local, atrair investimentos, visitantes e recursos para município;

e) Estimular à geração de renda aos munícipes.

Mediante o exposto, o Projeto intitulado **"Cidade Luz, Natal Salto de Pirapora**" tem como objetivo apresentar às festividades natalinas da cidade de Salto de Pirapora um impacto visual, lúdico e estético, que traga à população saltopiraporense e aos visitantes a magia e o encantamento de um natal mais iluminado e intenso.
A contratação de uma empresa especializada em iluminação especial e decorativa é necessária por se tratar de uma decoração de grande porte e que abrangerá durante um período previamente determinado, vários pontos da cidade.

A abrangência do Projeto **"Cidade Luz, Natal Salto de Pirapora"** tornou o município uma das cidades mais visitadas no interior, fomentando o Turismo e a Economia local, isso faz com que a contratação da empresa especializada para executar o projeto natalino seja ainda mais relevante.
A proposta é enaltecer pontos atrativos com as decorações natalinas visando ampliar a visitação pública, desenvolvendo um projeto de magnitude decorativa, possibilitando compor as atividades referentes à comemoração das datas festivas do natal.

3. ESPECIFICAÇÕES, REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

LOCAIS DE ENTREGA E INSTALAÇÃO DAS DECORAÇÕES DOS SERVIÇOS:

1. Calçadão Central;
2. Paço Municipal David José Haddad;
3. Igreja Matriz Paróquia São João Batista;
4. Praça Elpídio Marcello/ Praça da Fonte;
5. Trevo de Acesso Portal Turístico.

Endereços: 1. Rua João Teixeira do Espírito Santo, Centro; 2. Av. Lydia David Haddad, 150 - Campo Largo; 3. Rua João de Góes, 30 Centro; 4. Praça Elpídio Marcello, Recanto Cidade Nova; 5. Rodovia João Leme dos Santos.

PRAZO DE ENTREGA:

A entrega, montagem e instalação de equipamentos deverão ser realizadas até o dia 28 de novembro de 2026, assim a empresa contratada terá tempo viável para que possa montar toda estrutura em conformidade ao projeto do Munícipio até o prazo determinado.

DA ESTRUTURA MÍNIMA DOS SERVIÇOS DE DECORAÇÃO E ILUMINAÇÃO DEVERÃO SER MONTADAS, NO MÍNIMO, AS SEGUINTES ESTRUTURAS:

ITEM 01 – 06 UN. ÁRVORES NATALINAS: instalação das mesmas nos seguintes locais: Entrada da cidade/ Trevo de acesso, Calçadão (2), Mirante do Calçadão, Praça da Fonte/ Praça Elpídio Marcello e Prefeitura/ Paço Municipal David José Haddad. Estas devem ser grandes, robustas e que tenham impacto positivo à municipalidade medindo aproximadamente de 6m a 7m;

ITEM 02 – 01 UN. ÁRVORE NATALINA DA DIVISÃO DE CULTURA: Instalação, iluminação e decoração da árvore da Divisão de Cultura. Esta será instalada pela empresa na Praça da Matriz, medindo aproximadamente de 10m a 12m;

ITEM 03 - DELINEAMENTO ARQUITETÔNICO: delineamento arquitetônico nos seguintes locais: Prefeitura/ Paço Municipal David José Haddad (colocação de estrobos branco frio na fachada para composição de iluminação) e Igreja Matriz/ Paróquia São João Batista (gabaritos prontos aplicados em toda fachada necessária devido aos detalhes arquitetônicos deste local);

- CONTORNO: contornar (iluminação) o canteiro da Entrada da cidade/ Trevo de acesso (rotatória) bem como o letreiro, contornar canteiros e escadarias externas da Prefeitura/ Paço Municipal David José Haddad;

Para o delineamento e o contorno deverá ser utilizado:

- 10.000 metros de cordão de micro lâmpadas;

- 1.500 metros de mangueira de led;

- 60 un. de cortinas de led.

ITEM 04 – 01 UN. PORTAL DE ACESSO: criação de portal de acesso nas ruas adjacentes do Calçadão, criando um aspecto luminoso;

ITEM 05 - ILUMINAÇÃO DE COQUEIROS E CONJUNTOS ARBÓREOS: iluminação de todos os coqueiros na entrada da cidade, frente da Igreja Matriz (Praça da Matriz) e sua praça adjacente, Prefeitura/ Paço Municipal David José Haddad bem como o conjunto arbóreo do Calçadão, Praça da Fonte/ Praça Elpídio Marcello, Prefeitura/ Paço Municipal David José Haddad e Aplicação em galhos aplicação de traços de mangueira de led penduradas no entorno de suas copas; A iluminação deverá ser realizada com 45.000 metros de mangueiras de led.

ITEM 06 – 01 UN. DECORAÇÃO NATALINA – CENÁRIO: peças luminosas com o cenário de Presépio e manjedoura e demais decorações luminosas e não luminosas nos locais, como sinos, bolas natalinas, doces natalinos, anjos, soldados de chumbo, Papai Noel, renas, duendes, fadas estes devem causar grande impacto visual aos munícipes;

ITEM 07 - 01 UN. DECORAÇÃO E ILUMINAÇÃO CASA DO PAPAI NOEL: criar um ambiente lúdico e bem iluminado para que possamos acolher o Papai Noel e seus respectivos ajudantes (Mamãe Noel, duendes e fadas). Este local deve ser coberto caso as condições climáticas não sejam favoráveis. Decorar o local com uma diversidade de peças natalinas para que possam compor o cenário e deixar o ambiente simbólico e atrativo ao público. Criar um caminho luminoso até a entrada da Casa do Papai Noel.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS MINIMOS	QUANTIDADE	UNIDADE
01	**ARVORE ESTRUTURAL** **Características e Descrição:** **-** Locação, instalação, manutenção e retirada de decoração. O objeto decorativo deverá ser fabricado com a finalidade de ornamentar ambientes internos e externos, incluindo jardins, praças, calçadões e canteiros. O objeto consiste em uma estrutura modular hexagonal com perfil cônico projetada para evocar a forma clássica de uma árvore festiva. A configuração estrutural é composta por seis (06) painéis triangulares interconectados, formando uma base hexagonal. Esta disposição geométrica resulta em um design cônico ascendente.	6	UN

	A superfície externa da estrutura será revestida com uma variedade de elementos decorativos, incluindo, mas não se limitando a esferas ornamentais, estrelas e representações de flocos de neve. Estes elementos devem ser distribuídos de maneira uniforme para assegurar uma aparência equilibrada e esteticamente agradável. No ápice da estrutura, será instalado um elemento decorativo em forma de estrela. Este componente será integrado ao sistema de iluminação principal, sendo ativado simultaneamente com o restante da iluminação da estrutura. O sistema de iluminação deve ser projetado para permitir a ativação sincronizada de todos os elementos luminosos, incluindo a estrela do topo, proporcionando um efeito visual coeso e impactante. O objetivo deste objeto é fornecer um ambiente fotogênico e atrativo, destinado a se tornar um ponto de interesse para a população, promovendo o compartilhamento de imagens nas plataformas de mídias sociais, explorando o conceito de locais "instagrameáveis". Os contornos e linhas estruturais da peça serão realçados pela instalação de mangueiras de LED, proporcionando a percepção de linhas de luz delineando sua forma. A estrutura será construída com materiais duráveis e apropriados para exposição externa, garantindo uma pintura vívida durante todo o período de exibição. Será projetada e fabricada para assegurar estabilidade, eliminando riscos de ruptura ou tombamento, considerando a carga total durante a operação. **Dimensões Proporcionais:** Arvore estrutural - 750 cm Medidas mínimas: altura de 590 cm, diâmetro 355 cm. Medidas máximas: altura de 610 cm, diâmetro 340 cm Estrela Medidas mínimas: altura de 130 cm, diâmetro 130 cm. Medidas máximas: altura de 150 cm, diâmetro 150 cm **Matéria-Prima do objeto:** A estrutura será feita de aço carbono moldado a frio ou alumínio extrudado, usando perfis estruturais com seções circulares ou quadradas, barras redondas reforçadas e chapas planas. As partes da estrutura serão unidas por soldas e encaixes ajustados, com fixações feitas por parafusos e porcas quando necessário, dimensionados especialmente para montagem modular. Durante todas as etapas do processo produtivo, devem ser rigorosamente apresentados os requisitos e especificações pelas normas técnicas brasileiras da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) aplicáveis, a fim de garantir a conformidade do objeto com os padrões de qualidade, desempenho e segurança exigidos. **Iluminação:** Para realçar os componentes individuais do objeto, branca, verde e vermelha deverá ser aplicada estrategicamente, contornando ou envelopando a estrutura. Este tratamento cromático tem como objetivo destacar as partes constitutivas dos ornamentos. Os materiais devem seguir as seguintes informações: Mangueira de LEDs com 13 mm de espessura, produzida em silicone de alta durabilidade. Operando em uma tensão de 220V e utiliza LEDs SMD de alta luminosidade. As cores são diversificadas conforme o tema do ornamento, com 36 LEDs por metro. O índice de proteção é IP65, à prova d'água e adequada para uso interno e externo. Funciona em uma faixa de temperatura de -20°C a 50°C. A iluminação é contínua e suave, sem efeito estroboscópico (SEM		

	STROB). A mangueira com alta flexibilidade devido ao cabo de silicone, facilitando a instalação em várias superfícies e formas. Luz Pisca Strobo 10W Flash LED 220V, 55 a 60 piscadas por minuto. Dimensões: Comprimento: 10 cm, Largura: 5 cm, Altura: 5 cm. Material: policarbonato e alumínio. Cor externa: branco. Cor do LED: fria (6500K). Potência: 10 Watts. Temperatura do ambiente para aplicação: entre -10°C a 35°C. Frequência: 50/60 Hz. Índice de proteção: IP65. **Especificação Elétrica:** O fio paralelo 2 ½ terá dois condutores de cobre de 2,5 mm², isolados individualmente com PVC, suportando até 750V e 21A, ideal para instalações elétricas residenciais e comerciais, conforme normas NBR 5410 e NBR 6524. O fio paralelo 1 ½ terá dois condutores de cobre de 1,5 mm², isolados com PVC, suportando até 750V e 18A, conforme normas NBR 5410 e NBR 652. A alimentação elétrica deverá ser feita por cabos apropriados providos dos respectivos conectores e terminais isolantes colocados na extremidade oposta a alimentada de cada segmento do cordão com tratamento antichama. **Acabamento:** A estrutura será pintada com tinta eletrostática em pó branca, com base de resinas epóxi, poliéster. Com alta resistência a riscos e abrasão, atende a padrões de qualidade e segurança como as normas brasileiras. Sem solventes voláteis, reduzindo emissão de VOCs (Compostos Orgânicos Voláteis) **Montagem:** O será fornecido completamente montado e integrado, com todos os seus elementos estruturais, componentes e sistemas devidamente interligados e estabelecidos por meio das conexões e métodos especificados. Dessa forma, a unidade será entregue em condição finalizada e apta para instalação imediata no local de destino pré-determinado, não exigindo qualquer etapa adicional de montagem. **Fixação:** A base será elaborada para facilitar a fixação em áreas gramadas, asfálticas ou de terra batida. O objeto virá acompanhado de 6 pontaletes de aço de ½ polegada ou 12 Parabolts chumbadores de 16 mm		
02	**ÁRVORE NATALINA DA DIVISÃO DE CULTURA** **ARVORE ESTRUTURAL** **Características e Descrição:** **-** Locação, instalação, manutenção e retirada de decoração. O objeto decorativo deverá ser fabricado com a finalidade de ornamentar ambientes internos e externos, incluindo jardins, praças, calçadões e canteiros. O objeto consiste em uma estrutura modular hexagonal com perfil cônico, projetada para evocar a forma tradicional de uma Arvore estrutural. A configuração estrutural é composta por seis (06) painéis triangulares interconectados, formando uma base hexagonal. Esta disposição geométrica resulta em um design cônico ascendente. A superfície externa da estrutura será revestida com uma variedade de elementos decorativos, incluindo, mas não se limitando a esferas ornamentais, estrelas e representações de flocos de neve. Estes elementos devem ser distribuídos de maneira uniforme para assegurar uma aparência equilibrada e esteticamente agradável. No ápice da estrutura, será instalado um elemento decorativo em	01	UN

	forma de estrela. Este componente será integrado ao sistema de iluminação principal, sendo ativado simultaneamente com o restante da iluminação da estrutura. O sistema de iluminação deve ser projetado para permitir a ativação sincronizada de todos os elementos luminosos, incluindo a estrela do topo, proporcionando um efeito visual coeso e impactante. O objetivo deste objeto é fornecer um ambiente fotogênico e atrativo, destinado a se tornar um ponto de interesse para a população, promovendo o compartilhamento de imagens nas plataformas de mídias sociais, explorando o conceito de locais "instagrameáveis". Os contornos e linhas estruturais da peça serão realçados pela instalação de mangueiras de LED, proporcionando a percepção de linhas de luz delineando sua forma. A estrutura será construída com materiais duráveis e apropriados para exposição externa, garantindo uma pintura vívida durante todo o período de exibição. Será projetada e fabricada para assegurar estabilidade, eliminando riscos de ruptura ou tombamento, considerando a carga total durante a operação. **Dimensões Proporcionais:** Arvore estrutural - 1050 cm Medidas mínimas: altura de 1040 cm, diâmetro 390 cm. Medidas máximas: altura de 1050 cm, diâmetro 340 cm Estrela Medidas mínimas: altura de 130 cm, diâmetro 130 cm. Medidas máximas: altura de 150 cm, diâmetro 150 cm **Matéria-Prima do objeto:** A estrutura será feita de aço carbono moldado a frio ou alumínio extrudado, usando perfis estruturais com seções circulares ou quadradas, barras redondas reforçadas e chapas planas. As partes da estrutura serão unidas por soldas e encaixes ajustados, com fixações feitas por parafusos e porcas quando necessário, dimensionados especialmente para montagem modular. Durante todas as etapas do processo produtivo, devem ser rigorosamente apresentados os requisitos e especificações pelas normas técnicas brasileiras da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) aplicáveis, a fim de garantir a conformidade do objeto com os padrões de qualidade, desempenho e segurança exigidos. **Iluminação:** Para realçar os componentes individuais do objeto, branca, verde, vermelha e azul deverá ser aplicada estrategicamente, contornando ou envelopando a estrutura. Este tratamento cromático tem como objetivo destacar as partes constitutivas dos ornamentos. Os materiais devem seguir as seguintes informações: Mangueira de LEDs com 13 mm de espessura, produzida em silicone de alta durabilidade. Operando em uma tensão de 220V e utiliza LEDs SMD de alta luminosidade. As cores são diversificadas conforme o tema do ornamento, com 36 LEDs por metro. O índice de proteção é IP65, à prova d'água e adequada para uso interno e externo. Funciona em uma faixa de temperatura de -20°C a 50°C. A iluminação é contínua e suave, sem efeito estroboscópico (SEM STROB). A mangueira com alta flexibilidade devido ao cabo de silicone, facilitando a instalação em várias superfícies e formas. Luz Pisca Strobo 10W Flash LED 220V, 55 a 60 piscadas por minuto. Dimensões: Comprimento: 10 cm, Largura: 5 cm, Altura: 5 cm. Material: policarbonato e alumínio. Cor externa: branco. Cor do LED: fria (6500K). Potência: 10 Watts. Temperatura do ambiente para		

	aplicação: entre -10°C a 35°C. Frequência: 50/60 Hz. Índice de proteção: IP65. **Especificação Elétrica:** O fio paralelo 2 ½ terá dois condutores de cobre de 2,5 mm², isolados individualmente com PVC, suportando até 750V e 21A, ideal para instalações elétricas residenciais e comerciais, conforme normas NBR 5410 e NBR 6524. O fio paralelo 1 ½ terá dois condutores de cobre de 1,5 mm², isolados com PVC, suportando até 750V e 18A, conforme normas NBR 5410 e NBR 652. A alimentação elétrica deverá ser feita por cabos apropriados providos dos respectivos conectores e terminais isolantes colocados na extremidade oposta a alimentada de cada segmento do cordão com tratamento antichama. **Acabamento:** A estrutura será pintada com tinta eletrostática em pó branca, com base de resinas epóxi, poliéster. Com alta resistência a riscos e abrasão, atende a padrões de qualidade e segurança como as normas brasileiras. Sem solventes voláteis, reduzindo emissão de VOCs (Compostos Orgânicos Voláteis) **Montagem:** O será fornecido completamente montado e integrado, com todos os seus elementos estruturais, componentes e sistemas devidamente interligados e estabelecidos por meio das conexões e métodos especificados. Dessa forma, a unidade será entregue em condição finalizada e apta para instalação imediata no local de destino pré-determinado, não exigindo qualquer etapa adicional de montagem. **Fixação:** A base será elaborada para facilitar a fixação em áreas gramadas, asfálticas ou de terra batida. O objeto virá acompanhado de 6 pontaletes de aço de ½ polegada ou 12 Parabolts chumbadores de 16 mm.		
	DELINEAMENTO ARQUITETÔNICO E CONTORNO COMPOSTO DOS SUBITENS:		
03	**3.1. CORDÃO DE MICRO LÂMPADAS EM ARVORES NATURAIS** **Características e Descrição:** O objeto do presente edital consiste na locação, instalação, manutenção e retirada de cordões de micro lâmpadas de LED a serem inseridos em árvores naturais, conforme as seguintes especificações técnicas: Os cordões de micro lâmpadas LED deverão ser instalados em cada árvore designada, iniciando a uma altura de 50 cm a partir da base do tronco. A instalação deverá se estender verticalmente, cobrindo aproximadamente 3 metros de altura da árvore. O sistema de iluminação deverá utilizar a técnica de jumpeamento para interligar as árvores do local. Este método consiste na conexão elétrica entre os cordões de LED de árvores adjacentes, criando um circuito contínuo e minimizando o número de pontos de alimentação necessários. A instalação elétrica deverá seguir todas as normas de segurança aplicáveis, incluindo o uso de dispositivos de proteção contra sobrecarga e curto-circuito. Os pontos de conexão entre os cordões deverão ser isolados e protegidos contra umidade. **Materiais:** Cordão de LEDs com fio e LEDs coloridos conforme o objeto, cada um com 100 LEDs, medindo cerca de 08m m a 10mde comprimento na extensão do fio com os LEDs e 0,20 m de fio até os conectores (0,10 m em cada ponta). Terminal com pinos macho e fêmea de rosca, permitindo a emenda de no mínimo de 04 conjuntos.	10.000	metros

	A medida total do conjunto deverá ser de aproximadamente 10,20 m. Fio elétrico 2 x 0,5 mm². Objeto adequado para uso externo. Tensão de 220V. **Fixação:** Os cordões de LED deverão ser fixados de forma segura aos galhos e troncos das árvores, utilizando métodos que não causem danos à vegetação. A densidade de lâmpadas e o padrão de enrolamento deverão ser uniformes em todas as árvores, garantindo um efeito visual harmonioso. O material utilizado deverá ser apropriado para uso externo, com classificação IP adequada para resistir às intempéries. As micro lâmpadas LED deverão apresentar baixo consumo energético e alta durabilidade.		
	3.2. MANGUEIRAS DE LEDS **Características e Descrição:** O objeto do presente edital consiste na locação, instalação, manutenção e retirada de mangueiras de LED a serem inseridos em diversos elementos arquitetônicos e paisagísticos, incluindo, mas não se limitando a: prédios, árvores, canteiros, esculturas e estruturas metálicas. A execução do serviço deverá atender às seguintes especificações técnicas: As mangueiras de LED utilizadas deverão ser apropriadas para uso externo, com classificação IP adequada para resistir às intempéries. O material deverá apresentar flexibilidade suficiente para contornar superfícies irregulares e curvas, mantendo a integridade da iluminação. A fixação das mangueiras de LED deverá ser realizada utilizando-se abraçadeiras plásticas ou fita Herman, conforme a superfície e as necessidades específicas de cada elemento a ser iluminado. As abraçadeiras plásticas deverão ser de material resistente a UV, prevenindo degradação por exposição solar prolongada. A fita Herman utilizada deverá possuir resistência adequada para suportar o peso das mangueiras e as condições climáticas locais. O espaçamento entre os pontos de fixação deverá ser calculado para garantir que a mangueira de LED permaneça firmemente aderida à superfície, evitando folgas ou deformações que possam comprometer o efeito visual desejado. Em superfícies verticais ou inclinadas, o espaçamento deverá ser reduzido para assegurar maior estabilidade. **Materiais:** Mangueira de LEDs com 13 mm de espessura, produzida em silicone de alta durabilidade. Operando em uma tensão de 220V e utiliza LEDs SMD de alta luminosidade. As cores são diversificadas conforme o tema do ornamento, com 36 LEDs por metro. O índice de proteção é IP65, à prova d'água e adequada para uso interno e externo. Funciona em uma faixa de temperatura de -20°C a 50°C. A iluminação é contínua e suave, sem efeito estroboscópico (SEM STROB). A mangueira com alta flexibilidade devido ao cabo de silicone, facilitando a instalação em várias superfícies e formas. Tensão de 220V **Fixação:** O padrão de instalação deverá ser uniforme e simétrico, respeitando as características arquitetônicas e naturais dos elementos iluminados. Em árvores e vegetação, a fixação deverá ser realizada de forma a não causar danos ou restringir o crescimento natural. A instalação elétrica deverá seguir todas as normas técnicas e de segurança aplicáveis, incluindo o dimensionamento adequado dos circuitos e a utilização de dispositivos de proteção contra sobrecarga e curto-circuito.	1.500	metro

	3.3. CORTINA DE LEDS **Características e Descrição:** - Locação, instalação, manutenção e retirada de decoração. O objeto consiste na instalação de cortina de micro lâmpadas de LEDs em prédios e estruturas. A cortina deverá ser composta por fios de LEDs dispostos verticalmente, criando um efeito de cascata luminosa. Os LEDs deverão ser de baixo consumo energético e alta durabilidade, com cor branca quente ou conforme especificado pelo contratante. A escolha do método de fixação deverá levar em consideração a preservação da integridade da superfície onde a cortina será instalada, evitando danos à estrutura do prédio. O sistema elétrico deverá ser dimensionado adequadamente, respeitando as normas técnicas vigentes, e incluir dispositivos de proteção contra sobrecarga e curto-circuito. Todos os componentes elétricos deverão ter classificação IP adequada para uso externo. A instalação deverá prever facilidade de manutenção e substituição de componentes quando necessário. O trabalho deverá ser executado por profissionais qualificados, seguindo todas as normas de segurança aplicáveis. **Materiais:** Tensão de operação: 220V AC - Estrutura: Fio condutor de cobre flexível com revestimento em PVC branco opaco, oferecendo resistência à exposição UV e intempéries - Classificação de isolamento mínima IP44 - Fonte luminosa: LEDs SMD de baixa potência, tipo 3528 ou equivalente, com eficiência luminosa estimada de 80-100 lm/W. - Cromaticidade: Branco Frio, com temperatura de cor entre 5000K e 6500K. - Modo de funcionamento: Fixo - Dimensões: 1000 cm de largura por 50 cm de altura, resultando em uma área total de 5 m². Densidade de LEDs: Aproximadamente 100 LEDs por metro quadrado, totalizando cerca de 500 LEDs na cortina completa - Sistema de controle: Circuito integrado simples para operação fixa, sem controlador programável - Conectividade: Plug padrão 2P+T 10ª **Fixação:** A instalação deverá ser realizada de forma a garantir a segurança e a integridade tanto da estrutura quanto do sistema de iluminação. A fixação dos elementos da cortina deverá ser feita utilizando-se um dos seguintes métodos, a ser determinado de acordo com o tipo de superfície e as condições específicas de cada local de instalação: Abraçadeiras de aço: Deverão ser utilizadas em superfícies que permitam sua aplicação, garantindo firmeza e resistência à ação do vento e intempéries. Abraçadeiras de plástico: Adequadas para fixações temporárias ou em locais onde o peso da estrutura seja reduzido, devendo ser de alta qualidade e resistentes à radiação UV. Parafusos e buchas: Para fixação em alvenaria ou concreto, utilizando-se buchas e parafusos de tamanho adequado para suportar o peso da estrutura. Parafusos auto brocantes: Indicados para fixação em superfícies metálicas, devendo ser de material resistente à corrosão.	60	UN.
04	**PORTAL DE ACESSO** **Portal - Características e Descrição:** **-** Locação, instalação, manutenção e retirada de decoração. O objeto decorativo deverá ser fabricado com a finalidade de ornamentar espaços internos, áreas externas como jardins, praças, calçadas e canteiros. O objeto deverá ter uma configuração estrutural baseada no design de um portal de influência otomana, caracterizado pela presença de	01	UN

	linhas curvas e formas arredondadas típicas da arquitetura turca. A composição deverá ser apresentada por duas colunas verticais posicionadas nas extremidades laterais, sustentando um arco ogival na porção superior. Este arco deverá ser ornamentado com elementos decorativos biométricos que evocam os padrões geométricos e motivos naturais amplamente trabalhados na arquitetura da Turquia. Essa configuração visará recriar visualmente a imponência e a riqueza ornamental dos portais e entradas presentes em construções históricas representativas da cultura otomana. Todos os componentes que integram o objeto deverão ser revestidos com micro lâmpadas de LED (Light Emitir Diodo), de modo a criar visualmente a sensação de um fechamento composto por uma malha de micro lâmpadas. Além disso, os contornos e linhas estruturais da peça serão realçados pela instalação de mangueiras de LED, proporcionando a percepção de linhas de luz delineando sua forma. A estrutura será construída com materiais duráveis e apropriados para exposição externa, garantindo uma pintura vívida durante todo o período de exibição. Será projetada e fabricada para assegurar estabilidade, eliminando riscos de ruptura ou tombamento, considerando a carga total durante a operação. **Dimensões Proporcionais:** Portal completo: Medidas mínimas: altura de 390 cm, comprimento de 318 cm e largura de 50 cm. Medidas máximas: altura de 410 cm, comprimento de 338 cm e largura de 70 cm. **Dimensões Proporcionais por peça:** Colunas Medidas mínimas: altura de 233 cm, comprimento de 46 cm e largura de 50 cm. Medidas máximas: altura de 253 cm, comprimento de 56 cm e largura de 70 cm. Arco Medidas mínimas: altura de 147 cm, comprimento de 290 cm e largura de 10 cm. Medidas máximas: altura de 167 cm, comprimento de 313 cm e largura de 30 cm. **Matéria-Prima do objeto:** A estrutura deverá ser feita de aço carbono moldado a frio ou alumínio extrudado, usando perfis estruturais com seções circulares ou quadradas, barras redondas reforçadas e chapas planas. As partes da estrutura serão unidas por soldas e encaixes ajustados, com fixações feitas por parafusos e porcas quando necessário, dimensionados especialmente para montagem modular. Durante todas as etapas do processo produtivo, devem ser rigorosamente apresentados os requisitos e especificações pelas normas técnicas brasileiras da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) aplicáveis, a fim de garantir a conformidade do objeto com os padrões de qualidade, desempenho e segurança exigidos. **Iluminação:** Para realçar os componentes individuais do objeto, a cor vermelha deverá ser aplicada estrategicamente, contornando ou envelopando a estrutura. Este tratamento cromático tem como		

	objetivo destacar as partes constitutivas dos ornamentos. Os materiais devem seguir as seguintes informações: Cordão de LEDs com fio e LEDs coloridos conforme o objeto, cada um com 100 LEDs, medindo cerca de 08m m a 10mde comprimento na extensão do fio com os LEDs e 0,20 m de fio até os conectores (0,10 m em cada ponta). Terminal com pinos macho e fêmea de rosca, permitindo a emenda de no mínimo de 04 conjuntos. A medida total do conjunto deverá ser de aproximadamente 10,20 m. Fio elétrico 2 x 0,5 mm². Objeto adequado para uso externo. Tensão de 220V. Mangueira de LEDs com 13 mm de espessura, produzida em silicone de alta durabilidade. Operando em uma tensão de 220V e utiliza LEDs SMD de alta luminosidade. As cores são diversificadas conforme o tema do ornamento, com 36 LEDs por metro. O índice de proteção é IP65, à prova d'água e adequada para uso interno e externo. Funciona em uma faixa de temperatura de -20°C a 50°C. A iluminação é contínua e suave, sem efeito estroboscópico (SEM STROB). A mangueira com alta flexibilidade devido ao cabo de silicone, facilitando a instalação em várias superfícies e formas. **Especificação Elétrica:** O fio paralelo 2 ½ terá dois condutores de cobre de 2,5 mm², isolados individualmente com PVC, suportando até 750V e 21A, ideal para instalações elétricas residenciais e comerciais, conforme normas NBR 5410 e NBR 6524. O fio paralelo 1 ½ terá dois condutores de cobre de 1,5 mm², isolados com PVC, suportando até 750V e 18A, conforme normas NBR 5410 e NBR 652. A alimentação elétrica deverá ser feita por cabos apropriados providos dos respectivos conectores e terminais isolantes colocados na extremidade oposta a alimentada de cada segmento do cordão com tratamento antichama. **Acabamento:** A estrutura deverá ser pintada com tinta eletrostática em pó branca, com base de resinas epóxi, poliéster. Com alta resistência a riscos e abrasão, atende a padrões de qualidade e segurança como as normas brasileiras. Sem solventes voláteis, reduzindo emissão de VOCs (Compostos Orgânicos Voláteis) **Montagem:** O deverá ser fornecido completamente montado e integrado, com todos os seus elementos estruturais, componentes e sistemas devidamente interligados e estabelecidos por meio das conexões e métodos especificados. Dessa forma, a unidade deverá ser entregue em condição finalizada e apta para instalação imediata no local de destino pré-determinado, não exigindo qualquer etapa adicional de montagem. **Fixação:** A base deverá ser elaborada para facilitar a fixação em áreas gramadas, asfálticas ou de terra batida. O objeto virá acompanhado de 4 pontaletes de aço de ½ polegada ou 4 Parabolts chumbadores de 16 mm.		
05	**ILUMINAÇÃO DE COQUEIROS E CONJUNTOS ARBÓREOS: MANGUEIRAS DE LED.** **Características e Descrição:** O objeto do presente edital consiste na locação, instalação, manutenção e retirada de mangueiras de LED a serem inseridos em diversos elementos arquitetônicos e paisagísticos, incluindo, mas não se limitando a: prédios, árvores, canteiros, esculturas e estruturas metálicas. A execução do serviço deverá atender às seguintes	45.000	metro

	especificações técnicas: As mangueiras de LED utilizadas deverão ser apropriadas para uso externo, com classificação IP adequada para resistir às intempéries. O material deverá apresentar flexibilidade suficiente para contornar superfícies irregulares e curvas, mantendo a integridade da iluminação. A fixação das mangueiras de LED deverá ser realizada utilizando-se abraçadeiras plásticas ou fita Herman, conforme a superfície e as necessidades específicas de cada elemento a ser iluminado. As abraçadeiras plásticas deverão ser de material resistente a UV, prevenindo degradação por exposição solar prolongada. A fita Herman utilizada deverá possuir resistência adequada para suportar o peso das mangueiras e as condições climáticas locais. O espaçamento entre os pontos de fixação deverá ser calculado para garantir que a mangueira de LED permaneça firmemente aderida à superfície, evitando folgas ou deformações que possam comprometer o efeito visual desejado. Em superfícies verticais ou inclinadas, o espaçamento deverá ser reduzido para assegurar maior estabilidade. **Materiais:** Mangueira de LEDs com 13 mm de espessura, produzida em silicone de alta durabilidade. Operando em uma tensão de 220V e utiliza LEDs SMD de alta luminosidade. As cores são diversificadas conforme o tema do ornamento, com 36 LEDs por metro. O índice de proteção é IP65, à prova d'água e adequada para uso interno e externo. Funciona em uma faixa de temperatura de -20°C a 50°C. A iluminação é contínua e suave, sem efeito estroboscópico (SEM STROB). A mangueira com alta flexibilidade devido ao cabo de silicone, facilitando a instalação em várias superfícies e formas. Tensão de 220V **Fixação:** O padrão de instalação deverá ser uniforme e simétrico, respeitando as características arquitetônicas e naturais dos elementos iluminados. Em árvores e vegetação, a fixação deverá ser realizada de forma a não causar danos ou restringir o crescimento natural. A instalação elétrica deverá seguir todas as normas técnicas e de segurança aplicáveis, incluindo o dimensionamento adequado dos circuitos e a utilização de dispositivos de proteção contra sobrecarga e curto-circuito		
06	**DECORAÇÃO NATALINA – CENÁRIO** **PRESÉPIO LUMINOSO**: Objeto decorativo temático. **-** Locação, instalação, manutenção e retirada de decoração. **Características e Descrição:** O objeto decorativo deverá ser fabricado com a finalidade de ornamentar ambientes internos e externos, incluindo jardins, praças, calçadas e canteiros. O objeto decorativo deverá seguir o tema de presépio luminoso, composto por 09 elementos figurativos distintos: 01 manjedoura, 01 representação de Maria, 01 representação de José, 02 ovelhas, 01 Rei Mago, 01 anjo e 01 estrela, a ser fixada na parte superior do estábulo. A peça central será 01 estábulo projetado com estrutura tridimensional simplificada, proporcionando volume e profundidade à composição. Com exceção do estábulo, todos os outros elementos deverão apresentar um design bidimensional. O estábulo será projetado com uma estrutura tridimensional simplificada, criando uma ilusão de profundidade e volume. A estrela, elemento de destaque, será fixada de forma segura na parte superior do estábulo, servindo como ponto focal da composição. Seu design e iluminação deverão ser otimizados para máxima visibilidade, mesmo a distância. Os contornos e linhas estruturais da peça serão realçados pela	01	UN

	instalação de mangueiras de LED, proporcionando a percepção de linhas de luz delineando sua forma. A estrutura será construída com materiais duráveis e apropriados para exposição externa, garantindo uma pintura vívida durante todo o período de exibição. Será projetada e fabricada para assegurar estabilidade, eliminando riscos de ruptura ou tombamento, considerando a carga total durante a operação. **Dimensões Proporcionais:** Estábulo Medidas mínimas: altura de 235 cm, comprimento de 330 cm e largura de 15 cm. Medidas máximas: altura de 240 cm, comprimento de 335 cm e largura de 20 cm. Manjedoura Medidas mínimas: altura de 73 cm, comprimento de 73 cm e largura de 1,5 cm. Medidas máximas: altura de 75 cm, comprimento de 75 cm e largura de 2,5 cm. Representação de Maria Medidas mínimas: altura de 133 cm, comprimento de 83 cm e largura de 1,5 cm. Medidas máximas: altura de 135 cm, comprimento de 85 cm e largura de 2,5 cm. Representação de José Medidas mínimas: altura de 153 cm, comprimento de 93 cm e largura de 1,5 cm. Medidas máximas: altura de 155 cm, comprimento de 95 cm e largura de 2,5 cm. Ovelha 01 Medidas mínimas: altura de 93 cm, comprimento de 93 cm e largura de 1,5 cm. Medidas máximas: altura de 95 cm, comprimento de 95 cm e largura de 2,5 cm. Ovelha 02 Medidas mínimas: altura de 75 cm, comprimento de 93 cm e largura de 1,5 cm. Medidas máximas: altura de 80 cm, comprimento de 95 cm e largura de 2,5 cm. Mago Medidas mínimas: altura de 190 cm, comprimento de 165 cm e largura de 1,5 cm. Medidas máximas: altura de 195 cm, comprimento de 170 cm e largura de 2,5 cm. Anjo Medidas mínimas: altura de 125 cm, comprimento de 153 cm e largura de 1,5 cm.		

	Medidas máximas: altura de 130 cm, comprimento de 155 cm e largura de 2,5 cm. Estrela Medidas mínimas: altura de 170 cm, comprimento de 80 cm e largura de 1,5 cm. Medidas máximas: altura de 175 cm, comprimento de 85 cm e largura de 2,5 cm. **Matéria-Prima do objeto:** A estrutura será feita de aço carbono moldado a frio ou alumínio extrudado, usando perfis estruturais com seções circulares ou quadradas, barras redondas reforçadas e chapas planas. As partes da estrutura serão unidas por soldas e encaixes ajustados, com fixações feitas por parafusos e porcas quando necessário, dimensionados especialmente para montagem modular. Durante todas as etapas do processo produtivo, devem ser rigorosamente apresentados os requisitos e especificações pelas normas técnicas brasileiras da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) aplicáveis, a fim de garantir a conformidade do objeto com os padrões de qualidade, desempenho e segurança exigidos. **Iluminação:** Para realçar os componentes individuais do objeto, a cor branca deverá ser aplicada estrategicamente, contornando ou envelopando a estrutura. Este tratamento cromático tem como objetivo destacar as partes constitutivas dos ornamentos. Os materiais devem seguir as seguintes informações: Cordão de LEDs com fio e LEDs coloridos conforme o objeto, cada um com 100 LEDs, medindo cerca de 08m m a 10mde comprimento na extensão do fio com os LEDs e 0,20 m de fio até os conectores (0,10 m em cada ponta). Terminal com pinos macho e fêmea de rosca, permitindo a emenda de no mínimo de 04 conjuntos. A medida total do conjunto será de aproximadamente 10,20 m. Fio elétrico 2 x 0,5 mm². Objeto adequado para uso externo. Tensão de 220V. Mangueira de LEDs com 13 mm de espessura, produzida em silicone de alta durabilidade. Operando em uma tensão de 220V e utiliza LEDs SMD de alta luminosidade. As cores são diversificadas conforme o tema do ornamento, com 36 LEDs por metro. O índice de proteção é IP65, à prova d'água e adequada para uso interno e externo. Funciona em uma faixa de temperatura de -20°C a 50°C. A iluminação é contínua e suave, sem efeito estroboscópico (SEM STROB). A mangueira com alta flexibilidade devido ao cabo de silicone, facilitando a instalação em várias superfícies e formas. **Especificação Elétrica:** O fio paralelo 2 ½ terá dois condutores de cobre de 2,5 mm², isolados individualmente com PVC, suportando até 750V e 21A, ideal para instalações elétricas residenciais e comerciais, conforme normas NBR 5410 e NBR 6524. O fio paralelo 1 ½ terá dois condutores de cobre de 1,5 mm², isolados com PVC, suportando até 750V e 18A, conforme normas NBR 5410 e NBR 652. A alimentação elétrica deverá ser feita por cabos apropriados providos dos respectivos conectores e terminais isolantes colocados na extremidade oposta a alimentada de cada segmento do cordão com tratamento antichama.		

	Acabamento: A estrutura deverá ser pintada com tinta eletrostática em pó branca, com base de resinas epóxi, poliéster. Com alta resistência a riscos e abrasão, atende a padrões de qualidade e segurança como as normas brasileiras. Sem solventes voláteis, reduzindo emissão de VOCs (Compostos Orgânicos Voláteis) **Montagem:** O deverá ser fornecido completamente montado e integrado, com todos os seus elementos estruturais, componentes e sistemas devidamente interligados e estabelecidos por meio das conexões e métodos especificados. Dessa forma, a unidade deverá ser entregue em condição finalizada e apta para instalação imediata no local de destino pré-determinado, não exigindo qualquer etapa adicional de montagem. **Fixação:** A base deverá ser elaborada para facilitar a fixação em áreas gramadas, asfálticas ou de terra batida. O objeto virá acompanhado de 18 pontaletes de aço ou 32 Parabolts chumbadores de 16 mm.		
07	**CASA CENÁRIO** **CASA DO PAPAI** **Características e Descrição:** **-** Locação, instalação, manutenção e retirada de decoração. O objeto decorativo deverá ser fabricado com a finalidade de ornamentar ambientes internos e externos, incluindo jardins, praças, calçadões e canteiros. O objeto deverá ser confeccionado com o conceito de uma casa cenário, com foco na área externa, onde ocorrerão visitações e espaço para fotografia. A estrutura será composta por duas partes: uma casa e um pequeno sobrado. Estrutura: As paredes frontais, traseiras e laterais e chaminé deverão ser confeccionadas com uma estrutura de madeira, aço ou alumínio, revestidas com material adequado para pintura ou impressão. As janelas serão fabricadas em madeira, aço ou alumínio, com acabamento que imite a aparência da madeira. As portas também serão fabricadas em madeira, aço ou alumínio, com acabamento que imite a aparência da madeira. Telhado: O telhado será coberto com telhas convencionais ou telhas ecológicas. A tabeira, contornando o telhado, será ornamentada com flores tipo bico-de-papagaio e um festão para acabamento decorativo. O sistema elétrico completo deverá operar em conformidade com as normas técnicas vigentes, incluindo proteções adequadas. A estrutura deverá ser dimensionada para suportar cargas de vento conforme as normas locais, com fator de segurança apropriado. A estrutura será construída com materiais duráveis e apropriados para exposição externa, garantindo uma pintura vívida durante todo o período de exibição. Será projetada e fabricada para assegurar estabilidade, eliminando riscos de ruptura ou tombamento, considerando a carga total durante a operação. **Dimensões Proporcionais:** **Casa Cenário** Medidas mínimas: altura de 335 cm, comprimento de 415 cm e largura de 145 cm. Medidas máximas: altura de 340 cm, comprimento de 420 cm e largura de 150 cm. Sobrado do Papi Noel Medidas mínimas: altura de 495 cm, comprimento de 145 cm e	01	UN.

	largura de 295 cm. Medidas máximas: altura de 500 cm, comprimento de 150 cm e largura de 200 cm. **Matéria-Prima do objeto:** A estrutura deverá ser feita de aço carbono moldado a frio ou alumínio extrudado, usando perfis estruturais com seções circulares ou quadradas, barras redondas reforçadas e chapas planas. As partes da estrutura serão unidas por soldas e encaixes ajustados, com fixações feitas por parafusos e porcas quando necessário, dimensionados especialmente para montagem modular. O envoltório da estrutura da Casa e o Sobrado deverá ser realizado utilizando um dos seguintes materiais: PSAI (Polímero de Sinalização Automotiva Interna) ou acrílico PMMA (Polimetil-metacrilato) ou Lona Front. O material selecionado deverá apresentar propriedades ópticas adequadas para a difusão uniforme da luz, resistência a intempéries e durabilidade compatível com o uso em ambiente externo. A espessura do material deve ser especificada de acordo com as características estruturais do objeto e as recomendações do fabricante, melhorando o desempenho brilhante e a integridade física do envelopamento. O envelopamento deverá ser impresso ou pintado em alta resolução, de maneira que não apresente manchas ou marcas de sobreposição de núcleos. A qualidade da impressão ou pintura deve garantir a nitidez e vivacidade dos elementos gráficos, mantendo a integridade visual do design quando iluminado Janelas e portas deverão ser fabricados com madeira, aço ou alumínio, com acabamento que imite a aparência da madeira. A tabeira de acabamento deverá ser trabalhada com Pinus ou qualquer madeira similar, flores tipo de papagaio deverão ser aplicadas a tabeira, festão decorativo de 10 cm de diâmetro, em tonalidade verde escuro, adequado para decorações temáticas. Fabricado em plástico de alta durabilidade, reforçado com arame galvanizado. Durante todas as etapas do processo produtivo, devem ser rigorosamente apresentados os requisitos e especificações pelas normas técnicas brasileiras da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) aplicáveis, a fim de garantir a conformidade do objeto com os padrões de qualidade, desempenho e segurança exigidos. **Iluminação:** Para realçar os componentes individuais do objeto, a cor branca deverá ser aplicada estrategicamente. Este tratamento cromático tem como objetivo destacar as partes constitutivas do objeto. Os materiais devem seguir as seguintes informações: Cortina luminosa de LEDs projetada para uso decorativo, com as seguintes especificações técnicas: Tensão de operação: 220V AC - Estrutura: Fio condutor de cobre flexível com revestimento em PVC branco opaco, oferecendo resistência à exposição UV e intempéries - Classificação de isolamento mínima IP44 - Fonte luminosa: LEDs SMD de baixa potência, tipo 3528 ou equivalente, com eficiência luminosa estimada de 80-100 lm/W. - Cromaticidade: Branco Frio, com temperatura de cor entre 5000K e 6500K. - Modo de funcionamento: Fixo - Dimensões: 1000 cm de largura por 50 cm de altura, resultando em uma área total de 5 m². - Densidade de LEDs: Aproximadamente 100 LEDs por metro quadrado, totalizando cerca de 500 LEDs na cortina completa - Sistema de controle: Circuito integrado simples para operação fixa, sem controlador programável		

	- Conectividade: Plug padrão 2P+T 10ª. Projetores LED de alta potência, com fluxo luminoso mínimo de 1000 lúmens por unidade, temperatura de cor entre 3000K e 4000K, e IRC superior a 90. Luminária Arandela Colonial, cor Branca – Material: aço ou alumínio – pintura eletrostática - Não desbota ou fica quebradiço ao longo do tempo. - Soquete porcelana: E27 (bocal comum) - Tensão: 127/220v - BIVOLT - Potência máxima: 20 W - Corrente: 4 A - Lâmpada de LEDs 15w **Especificação Elétrica:** O fio paralelo 2 ½ terá dois condutores de cobre de 2,5 mm², isolados individualmente com PVC, suportando até 750V e 21A, ideal para instalações elétricas residenciais e comerciais, conforme normas NBR 5410 e NBR 6524. O fio paralelo 1 ½ terá dois condutores de cobre de 1,5 mm², isolados com PVC, suportando até 750V e 18A, conforme normas NBR 5410 e NBR 652. A alimentação elétrica deverá ser feita por cabos apropriados providos dos respectivos conectores e terminais isolantes colocados na extremidade oposta a alimentada de cada segmento do cordão com tratamento antichama. **Acabamento:** A estrutura deverá ser pintada com tinta eletrostática em pó branca, com base de resinas epóxi, poliéster. Com alta resistência a riscos e abrasão, atende a padrões de qualidade e segurança como as normas brasileiras. Sem solventes voláteis, reduzindo emissão de VOCs (Compostos Orgânicos Voláteis) **Montagem:** O deverá ser fornecido completamente montado e integrado, com todos os seus elementos estruturais, componentes e sistemas devidamente interligados e estabelecidos por meio das conexões e métodos especificados. Dessa forma, a unidade deverá ser entregue em condição finalizada e apta para instalação imediata no local de destino pré-determinado, não exigindo qualquer etapa adicional de montagem. **Fixação:** A base deverá ser elaborada para facilitar a fixação em áreas gramadas, asfálticas ou de terra batida. O objeto virá acompanhado de 6 pontaletes de aço de ½ polegada		

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

a) A empresa contratada deverá ser especializada em iluminação especial decorativa e decorações natalinas;

b) A empresa contratada deverá apresentar um layout e projeto de iluminação e decoração;

c) A empresa deverá apresentar um projeto de iluminação e decoração com os respectivos itens que serão utilizados nos locais determinados. O projeto deverá conter imagem ilustrativa dos produtos bem como descrição, quantidade, unidade de medida, potência unitária (W) e potência total (W), destacando cada local separadamente e de que forma serão instalados os itens e possíveis observações;

d) Todo o material de decoração e iluminação, descritos no processo serão disponibilizados e de responsabilidade da contratada;

e) Os itens a serem da área estrutural, aquisição, controle e custos dos mesmos são de responsabilidade da contratada;

f) Estes itens são: buchas, ganchos, esticadores, fita dupla face, abraçadeiras plásticas, cabos de aço, abraçadeiras plásticas, fita isolante, cabos elétricos, entre outros que possam ser utilizados;

g) Ferramentas para instalação, bem como itens de segurança são de responsabilidade da contratada;

h) Equipamentos eletrônicos, material estrutural, alimentação da equipe e logística diversa deverão ser inclusos como responsabilidade da contratada em sua respectiva proposta;

i) A empresa contratada fica responsável em substituir peças com defeitos de fabricação, bem como manutenções na rede elétrica decorativa e nas estruturas instaladas dos locais sempre que for necessário, a pedido da Divisão de Cultura, tendo sempre uma equipe técnica preparada para tais ações;

j) Toda a retirada da decoração de Natal fica no encargo da contratada assim que encerrado o período das festividades natalinas. Nos primeiros dias de janeiro inicia-se esse operacional de retirada;

k) Na retirada dos materiais/ equipamentos, a contratada fará o restauro pontual de furos nas fachadas, com material específico para cada área, como rejunte cromático, argamassa pigmentada, pintura localizada, etc.

l) A retirada é feita com catalogação das peças, sua origem e outros detalhes de identificação;

m) Serviços de energia, instalação de rede, caixas de disjuntores elétricos, cabeamentos, aterramentos e outros serviços da área elétrica para a alimentação da rede decorativa é de responsabilidade da contratada com apoio da contratante, nos pontos indicados pela equipe, bem como o acendimento diário das luzes;

n) Serviços de urbanização, tais como, pintura, limpeza, jardinagem, podas nos conjuntos arbóreos que farão parte da decoração natalina e outros, por conta da contratante, através de seus órgãos competentes;

o) Serviços com caminhão “Munck” e caminhão com cestos de elevação, por conta da empresa contratada;

p) Fica no encargo da contratante destinar um local propício para as atividades de produção e desenvolvimento do projeto. Este local deverá ter espaço suficiente para estocagem do material eletrônico utilizado, bem como, peças decorativas, materiais elétricos, ferragens, ferramentas e demais itens do operacional;

q) Realizar visita técnica nos locais determinados para que possa ser traçado plano de ação referente aos serviços. Esta visita deve ser agendada previamente junto à Secretaria de Esporte e Cultura;

r) A empresa deverá criar um plano de ação que será enviado à Secretaria de Esporte e Cultura, pontuando datas para realização de cada serviço nos locais e a ordem de execução dos serviços.

CONDIÇÕES DE SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO LOCAL DE EXECUÇÃO

A requisição do objeto à empresa Contratada deverá ser mediante a emissão da Ordem de Início dos serviços;
A quantidade, o local e a data de cada montagem de projeto cênico deverão obedecer à ordem de início dos serviços emitida pela Secretaria Municipal requisitante;
Os serviços deverão ser entregues, juntamente com o Documento Fiscal, na Secretaria Municipal requisitante, conforme a ordem de início dos serviços da solicitação das Secretarias nas datas informadas.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A vencedora deverá observar durante a execução dos serviços nos termos contratados, cumprindo todas as normas técnicas ABNT, bem como as normas de segurança do trabalho.
A vencedora deverá prestar os serviços de iluminação decorativa, observando fielmente os descritivos dos itens licitados pela municipalidade, inclusive em relação à qualidade dos materiais, e os termos da sua proposta e demais elencados nos instrumentos de contratação, contados da data de emissão da Ordem de Início dos serviços e o prazo de desmontagem será concluída em até 02 (dois) dias úteis após a data a ser determinada pelo fiscal e gestor do contrato.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Contratante deverá requisitar os serviços do contrato mediante a emissão da Ordem de Serviços;
A Contratante deverá analisar o Projeto de Iluminação com os itens selecionados apresentado pela Contratada, e emitir o termo de aprovação do projeto;
A Contratante deverá realizar os pagamentos nos prazos aprazados;
A vigilância do local após a montagem do objeto será de inteira responsabilidade da contratante;
A contratante deverá realizar a fiscalização dos serviços, se em consonância com o Projeto e demais termos edilícios e contratuais.

3.1. Subcontratação
Não será permitida a subcontratação sem prévia comunicação à Contratante.

3.2. Garantia Contratual:
Não será exigida garantia contratual.

4. PRAZO DO CONTRATO

A vigência do contrato deverá ser de 03 (três) meses.

5. GESTÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Gestor: Cesar Augusto Santana
Cargo: Secretário de Esporte e Cultura
CPF: 177.207.768-28

Fiscal: Ronaldo Ulisses Vieira
Cargo: Chefe de Seção de Atividades Culturais
CPF: 367.725.498-13

6. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado parcelado da seguinte forma:
1ª. Parcela: no percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor total dos serviços requisitados, pago no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a conclusão da montagem;
2ª. Parcela: no percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor residual, pago no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a desmontagem.
A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a **indicação do número do processo e o número do pregão, e o número da Nota de Empenho.**

7. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Será adotada o julgamento por **MENOR PREÇO GLOBAL**, gerando assim maior eficiência na gestão contratual, bem como no processo de prestação dos serviços.
A modalidade a ser utilizada será **PREGÃO ELETRÔNICO COM INVERSÃO DE FASES** conforme justificativa especifica apresentada no processo administrativo.

7.1. Visita Técnica

Atestado de Visita Técnica da LICITANTE fornecido pela Secretaria de Esportes e Cultura da Prefeitura Municipal de Salto de Pirapora/SP.
As visitas deverão ser agendadas na Secretaria de Esportes e Cultura**, através do Telefone (15) 3292-2788, de segunda à sexta, das 09h às 15h,** com antecedência mínima de 01 (um) dia da data de abertura da licitação.
A licitante poderá declinar da visita sendo esta facultativa, devendo, neste caso, **APRESENTAR DECLARAÇÃO** junto a documentação de habilitação assumindo, incondicionalmente a responsabilidade pelo conhecimento das condições locais e

condições para a execução dos serviços, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das condições locais como forma de justificar possíveis inexecuções ou retardamentos.

7.2. Qualificação Técnica

DA CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL:

A **COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL**, através de prova de o licitante possuir na data prevista para a entrega das propostas, profissional de nível superior detentor de certidão(ões) ou atestado(s) de responsabilidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado(s) da respectiva CAT - Certidão de Acervo Técnico, devidamente registrada na entidade profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, considerando as parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto licitado, segundo o §2º do artigo 67 da Lei n° 14.133/21.
A empresa licitante deverá apresentar a Declaração de Indicação dos Profissionais: ENGENHEIRO ELETRICISTA e ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO OU TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO com os seus devidos vínculos empregatícios, que atuarão como responsáveis técnicos para o acompanhamento dos serviços objeto desta licitação com as suas devidas anuências e os comprovantes de **registro ou inscrição na entidade profissional** competente (CREA) - Pessoa Física, válidas na data da abertura da licitação.
A Comprovação do vínculo entre profissional técnico detentor da Certidão de Acervo Técnico – CAT e a empresa licitante dar-se-á mediante:
1) Apresentação de vínculo trabalhista (registro em carteira de trabalho e previdência social - CTPS) em sendo o profissional empregado do licitante;
2) Apresentação de contrato social em sendo o profissional integrante do quadro societário do licitante;
3) Apresentação de contrato de prestação de serviço regido pela legislação civil celebrado entre o profissional e o licitante;
Os profissionas indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverão acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste Edital.
A análise da Qualificação Técnica - Profissional ocorrerá através das CAT's apresentadas pelos Responsáveis Técnicos ENGENHEIRO ELETRICISTA e ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO OU TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO indicados pela empresa para o acompanhamento dos serviços, objeto da presente licitação.

DA CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL:
Comprovante de registro ou inscrição na entidade profissional competente (CREA) - Pessoa Jurídica, válida na data da abertura da licitação, sendo invalidado o documento que não apresentar rigorosamente a situação atualizada da empresa.
Na hipótese da licitante ter seu registro no Conselho Profissional de outro Estado, deverá apresentar como condição de assinatura do contrato, em conformidade a Súmula n° 49 do

TCESP, o visto do seu Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA/SP.
Apresentar atestado(s) técnico-operacional fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, relativo à execução de serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente contratação, demonstrando a execução pretérita de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, considerando as parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto licitado, referente ao quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) a incidir sobre o quantitativo individual de cada item solicitado como maior relevância, em observação ao artigo 67, § 2° da Lei 14.133/21, conforme segue:

ITEM	DESCRITIVO DO ITEM DE RELEVÂNCIA	QUANTITATIVO A SER COMPROVADO
01 e 02	Locação, instalação, montangem e desmontagem de Árvores estruturais correspondentes aos itens: 01 e 02, com as medidas mínimas de 6 metros de altura.	3 un. árvores medindo de 6 metros altura
3.2 e 5	Locação, instalação, montangem e desmontagem Mangueira de led	23.250 Metros

Será admitido o somatório de atestados para comprovação da experiência anterior do licitante na execução dos itens de maior relevância discriminados para o atendimento do quantitativo mínimo especificado para cada um deles.

7.3. Qualificação Econômico-financeira
Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

7.4. Participação de consórcio
Não será permitida a participação de consórcio.

7.5. Garantia de proposta
Não será exigida a garantia de proposta.

7.6. Condições para assinatura do contrato
A empresa deverá apresentar um **projeto de iluminação e decoração com os respectivos itens que serão utilizados nos locais determinados**. O projeto deverá conter imagem ilustrativa dos produtos bem como descrição, quantidade, unidade de medida, potência unitária (W) e potência total (W), destacando cada local separadamente e de que forma serão instalados os itens e possíveis observações.

8. ESTIMATIVA DO PREÇO

O orçamento estimativo será utilizado para verificação da disponibilidade orçamentária e como parâmetro para fins de aceitabilidade das propostas no certame licitatório.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no orçamento estimativo, deverá ser verificada a adequação orçamentária para prosseguimento da contratação.

10. FONTE DO RECURSO

Recursos Próprios.

Salto de Pirapora, 21 de outubro de 2026.

Ronaldo Ulisses Vieira

Chefe de Seção de Atividades Culturais

Cesar Augusto Santana

Secretário de Esporte e Cultura